

A POLÍTICA EDUCACIONAL COMO MOMENTO DE HEGEMONIA: NOTAS METODOLÓGICAS A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DE ANTONIO GRAMSCI. *

Maria Rosemary Coimbra Campos Sheen¹ (*in memoriam*)
Universidade Estadual de Maringá - UEM

RESUMO:

Neste trabalho, parto da concepção de que a Política Educacional, embora responda ao econômico, não só por meio da qualificação da força de trabalho, mas também através da inculcação de padrões culturais e ideológicos necessários à dominação de classe, contém uma dimensão especificamente política que é preciso reter. Ou seja, a análise educacional deve apreender os aspectos referentes à questão da conquista e exercício da hegemonia. A palavra hegemonia no seu sentido originário na etimologia grega, tem o significado de direção, de guia, de condução, é nesse sentido que ela é utilizada por A. Gramsci. O conceito de hegemonia foi sofrendo reformulações à proporção que avançavam as pesquisas históricas do autor, discutir as formulações desse conceito para ele é o foco de investigação desse artigo.

Palavras-chave: educação; política educacional; hegemonia; Gramsci

EDUCATIONAL POLICY AS HEGEMONY: METHODOLOGICAL NOTES FROM ANTONIO GRAMSCI'S PHILOSOPHY.

ABSTRACT:

Although educational policy is an answer back to economical policies through workers' qualification and through the inculcation of cultural and ideological standards required for class domination, it still reveals a specifically political dimension that must be kept. The educational analysis should contain aspects regarding issues on conquest and the exercise of hegemony. In its original Greek etymology hegemony means direction, guidance, monitoring. Gramsci maintains this original meaning. The term hegemony subsequently underwent reformulations according to the progress reached by the author's historical researches. Current investigation discusses and highlights Gramsci's formulations of the concept.

Key-words: education; educational policies; hegemony; Gramsci.

Neste trabalho, parto da concepção de que a Política Educacional, embora responda ao econômico, não só através da qualificação da força de trabalho, mas também por meio da inculcação de padrões culturais e ideológicos necessários à dominação de classe, contém uma dimensão especificamente política que é preciso reter. Ou seja, a análise educacional deve apreender os aspectos referentes à questão da conquista e exercício da hegemonia. A palavra hegemonia no seu sentido originário na etimologia grega, tem o significado de direção, de guia, de condução. É nesse sentido que ela é utilizada por A. Gramsci.

De acordo com GRUPPI, "Gramsci toma esse termo de Lênin, que o usou em 1905 justamente para indicar a função dirigente da classe operária na revolução democrática-burguesa".¹

O conceito de hegemonia foi sofrendo reformulações à proporção que avançavam as pesquisas históricas de Gramsci. Nas primeiras formulações desse conceito, no período pré-carcerário deste autor, “a hegemonia designava principalmente uma estratégia alternativa do proletariado (hegemonia do proletariado)”². Esta concepção fica evidente nas seguintes formulações de Gramsci:

São colocados em discussão o princípio e a prática da hegemonia do proletariado; são prejudicadas e postas em perigo as relações fundamentais de aliança entre operário e camponeses, ou seja, os pilares do Estado operário e da Revolução (...); E, não obstante, o proletariado não pode se tornar classe dominante se não superar, com sacrifício dos interesses corporativos, essa contradição; e não pode manter sua hegemonia e sua ditadura se, mesmo quando se houver tornado classe dominante não sacrificar esses interesses imediatos aos interesses gerais e permanentes da classe³.

Estas citações indicam a preocupação central do filósofo Sardo com a questão da hegemonia, com a capacidade da classe proletária não limitar sua ditadura à coerção, mas fundá-la essencialmente sobre o consenso das massas trabalhadoras. A idéia “de que só se pode ser classe dominante quando já se é classe dirigente, quando se detém o consenso da maioria da população trabalhadora”, é de fundamental importância para a apreensão do conceito de hegemonia no pensamento gramsciano.

Um traço novo da questão da hegemonia aparece no texto **A questão Meridional**, ou seja, o de que “(...) um novo bloco histórico não é cimentado apenas pela convergência de interesses econômicos ou mesmo políticos, mas também por afinidades de natureza cultural (...)”⁵.

Posteriormente, nos **Cadernos**, o conceito de hegemonia é especificado pelo novo conceito de **aparelho de hegemonia**, referindo-se, sobretudo, às práticas da classe dominante, muito embora – e talvez por isso mesmo – não tenha sido modificado o alvo teórico-político de Gramsci, ou seja, a definição de uma estratégia de construção do socialismo no Ocidente.⁶

O aparelho de hegemonia qualifica e precisa a hegemonia, entendida como hegemonia política e cultural das classes dominantes. Conjunto complexo de instituições, ideologias, práticas e agentes (entre os quais os ‘intelectuais’), o aparelho de hegemonia só encontra sua unificação através da análise da **expansão** de uma classe. Uma hegemonia não se unifica **como aparelho** a não ser por referência à classe que se constitui em e através da mediação de múltiplos subsistemas: aparelho escolar (da escola à Universidade), aparelho cultural (dos museus às bibliotecas), organização da informação, do meio ambiente, do urbanismo, sem esquecer o peso específico de aparelhos eventualmente herdados de um modo de produção anterior (tipo: a Igreja e seus intelectuais) (...)⁷

Essa problemática da hegemonia está diretamente relacionada à maneira como Gramsci concebe a relação estrutura-superestrutura.

Polemizando sobretudo com Bukárin, mas através dele também com toda a corrente predominante na II Internacional, ele nega o caráter mecânico da relação estrutura-superestrutura. Não se limita à afirmação da “relativa” independência da superestrutura com relação à estrutura. Para ele, “a estrutura e as superestruturas formam um ‘bloco

histórico', isto é, o conjunto complexo – contraditório e discordante – das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção.”⁸

Aqui é importante destacar que para Gramsci a economia não é sinônimo de relações técnicas de produção, como era visto por Bukárin. Para ele “a economia aparece não como a simples produção de objetos materiais, mas sim como o modo pelo qual os homens associados produzem e reproduzem não só esses objetos materiais mas suas próprias relações globais (...)”⁹. E é esse conjunto das relações sociais de produção que exerce a determinação em última instância da superestrutura.

A tentativa de explicar qualquer alteração da superestrutura como um reflexo direto, imediato da estrutura, seria um “desvio” introduzido na filosofia da práxis pelo materialismo vulgar.

Gramsci chama a atenção, ainda, para o fato de que tanto a estrutura quanto a superestrutura são realidades objetivas, históricas, podendo, assim, serem objetivamente estudadas.

A conquista e o exercício da hegemonia exigem uma atuação tanto em nível da estrutura quanto da superestrutura, uma vez que a hegemonia se dá em todos os níveis: político, econômico, ideológico e cultural.

O aparelho escolar (incluindo as Universidades) como uma instância superestrutural, é o lócus privilegiado onde se pode desencadear ou sedimentar a luta pela hegemonia cultural, ideológica e, conseqüentemente, pela hegemonia política e econômica.

O aparelho escolar é, assim, uma realidade contraditória. A luta de classes está presente na escola, assim como na fábrica, na Igreja. O grupo hegemônico utiliza-se da escola para impor sua concepção de mundo (ideologia) aos outros grupos, como sendo uma concepção universal, a única verdadeira. Mas essa imposição é apenas um dos possíveis a ser determinado no desenrolar da luta hegemônica.

A teoria do Estado “irá emprestar à noção gramsciana de hegemonia o seu caráter específico, a sua novidade essencial: a ‘sociedade civil’ (...) torna-se o **portador** material da função social da hegemonia”¹⁰

Na teoria do Estado, Gramsci, como o fez com outros conceitos, realiza um movimento de continuidade/superação com os clássicos do marxismo (Marx, Engels, Lênin). Isso significa que através desse movimento de superação dialética¹¹, ele não rejeitou a idéia essencial de Marx e de Lênin de que todo Estado é um Estado de classe. Reteve esse elemento e procurou determinar os

(...) modos pelos quais esse caráter classista se explicita nas sociedades mais complexas do ‘Ocidente’ do século XX (ou seja, não mais apenas através dos aparelhos repressivos do Estado, mas de uma articulação entre tais aparelhos e os ‘aparelhos privados de hegemonia’, isto é, entre a sociedade política e a sociedade civil) (...)”¹².

Realiza-se, assim, uma ampliação da teoria do Estado, sendo que “por ‘Estado’ deve-se entender além do aparelho governamental, também o aparelho ‘privado’ de

hegemonia ou sociedade civil”¹³. Assim, na concepção gramsciana de Estado não se pode identificar Estado e Governo, uma vez que essa identificação “não passa de uma representação da forma corporativo-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política”. Para Gramsci, pode-se afirmar que o “Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção”¹⁴.

Essa ampliação da teoria do Estado foi realizada a partir do momento em que já tinha se generalizado uma maior complexidade do fenômeno estatal, diferentemente do período histórico estudado por Marx:

com a intensificação dos processos de socialização da participação política, que tomam corpo nos países ‘ocidentais’ sobretudo a partir do último terço do século XIX (formação de grandes sindicatos, de partidos de massa, conquista do sufrágio universal, etc.) surge uma esfera social nova, dotada de leis e de funções relativamente autônomas e específicas, tanto em face do mundo econômico quanto dos aparelhos repressivos do Estado¹⁵.

Essa esfera social nova seria a sociedade civil, seriam os aparelhos privados de hegemonia.

A sociedade civil é

formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc.¹⁶.

A sociedade política, que Gramsci também chama de “Estado em sentido estrito” ou de “Estado coerção”,

é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob o controle das burocracias executivas e policial-militar (...) ¹⁷.

A sociedade política se diferencia da sociedade civil pela função que exerce na vida social e por uma materialidade própria. Ambas em conjunto formam o Estado e, neste sentido, servem para conservar ou promover uma determinada base econômica, de acordo com os interesses de uma classe social fundamental. Mas o modo de encaminhar essa conservação ou promoção é distinto nas duas esferas: “no âmbito e através da sociedade civil, as classes buscam exercer sua hegemonia, ou seja, buscam ganhar aliados para suas posições mediante a direção política e o consenso (...)”¹⁸. Na sociedade política, ao contrário, “as classes exercem sempre uma ditadura, ou mais precisamente, uma dominação mediante a coerção (...)”¹⁹

Além dessa diferença de função, as duas esferas do Estado – a sociedade política e a sociedade civil – se distinguem por uma materialidade social própria, ou seja,

enquanto a sociedade política tem seus portadores materiais nos aparelhos repressivos de Estado (controlados pelas burocracias executiva e policial-militar) os portadores materiais da sociedade civil são o que Gramsci chama de ‘aparelhos

privados de hegemonia', ou seja, organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política²⁰.

A sociedade civil como esfera própria, dotada de uma materialidade própria, funciona como mediação necessária entre a estrutura econômica e o Estado coercão.

Mas essa distinção estrutural e funcional das duas esferas não autoriza a suposição de que Gramsci teria perdido de vista o momento unitário. Esse momento unitário é dado pela relação dialética de identidade/distinção das duas esferas: a sociedade política é o

aparelho de coerção estatal que assegura 'legalmente' a disciplina dos grupos que não 'consentem', nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo²¹.

Essa unidade dialética das duas esferas seria expresso ainda pelo conceito de **supremacia**:

(...) a **supremacia** de um grupo social se manifesta de dois modos, como 'domínio' e como 'direção intelectual e moral'. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a 'liquidar' ou a submeter também mediante a força armada; e é dirigente dos grupos afins e aliados. Um grupo social pode e mesmo deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (é essa uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder, e mesmo que o conserve firmemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também dirigente²².

A medida em que Gramsci afirma que um grupo social pode e deve se tornar dirigente antes de ser dominante – e aqui ele estava pensando especificamente na classe operária, daí sua estratégia da “guerra de posição” para a construção do socialismo no Ocidente²³ – ele abre uma perspectiva fecunda de análise dos aparelhos privados de hegemonia (entre os quais a Universidade), pois prevê a contradição nesses aparelhos, ou seja, os vê como campo aberto à disputa ideológica, como instrumentos de hegemonia.

Todo Estado possui as duas funções de hegemonia e de coerção:

(...) mas o fato de que um Estado seja mais hegemônico-consensual e menos 'ditatorial', ou vice-versa, depende da autonomia relativa das esferas superestruturais, da predominância de uma ou de outra, predominância e autonomia que, por sua vez, dependem não apenas do grau de socialização da política alcançada pela sociedade em questão, mas também da correlação de forças entre as classes sociais que disputam a **supremacia**²⁴.

Mas, como Gramsci explica o fato de um Estado e de um grupo dominante conseguir manter coesas forças conflitantes como as que constituem a sociedade de classes própria do capitalismo? Para ele, isso se torna possível, ou é obtido, através da influência política e da ideologia: “a Ideologia é o que mantém coeso o bloco histórico, que solda entre si os seus elementos, que permite manter unidas classes sociais diferentes, e com interesses até opostos, antagônicos (...)”²⁵.

Entretanto, a ideologia não pode ser considerada como na expressão direta, mecânica, da estrutura:

a pretensão (apresentada como postulado essencial do materialismo histórico) de apresentar e expor qualquer flutuação da política e da ideologia como uma expressão imediata da infra-estrutura deve ser combatida, teoricamente, como um infantilismo primitivo, devendo ser combatida praticamente como testemunho autêntico de Marx, escritor de obras políticas e históricas concretas²⁶.

Gramsci não aceita, também, a noção de ideologia como ela se apresenta em Croce, ou seja, como “paixões-ilusões, transeuntes, utilizáveis como instrumento prático de ação”. Para ele, a ideologia é aquilo que Croce denomina de religião, ou seja, uma concepção do mundo com uma norma de conduta adequada.

O erro comumente praticado quando se pensa no valor das ideologias deve-se ao fato de que se “dê o nome de ideologia tanto à superestrutura necessária de uma determinada estrutura, como às elucubrações arbitrárias de determinados indivíduos”²⁷. O processo desse erro resulta do fato que:

1) identifica-se ideologia como sendo distinta da estrutura e afirma-se que não são as ideologias que modificam a estrutura, mas sim vice-versa; 2) afirma-se que uma determinada solução política é ‘ideológica’, isto é, insuficiente para modificar a estrutura, mesmo que acredite poder modificá-la; 3) passa-se a afirmar que toda ideologia é ‘pura’ aparência, inútil, estúpida, etc.²⁸

Mas não se deve supor que há nessa análise um privilegiamento da ideologia em detrimento da estrutura. As análises de Marx a respeito da estrutura são aceitas por Gramsci, explicando-se sua ênfase na superestrutura, talvez, como afirma Nicola Badaloni²⁹, pelo “grau de elaboração da teoria e o desenvolvimento histórico” que “impõem a Gramsci a necessidade de aprofundar a crítica da política e, em consequência, das ideologias”³⁰.

A grande importância dada por Gramsci à ideologia reside no fato de reconhecer na luta ideológica um dos aspectos da luta de classes. Admite a proposição de Marx de que o grupo dominante impõe aos demais grupos sua ideologia como se esta fosse universal, como se fosse a única verdadeira.

A ideologia se manifesta em todos os aspectos da vida individual e coletiva: na arte, no direito, na atividade econômica, entre outras. Por isso é de grande importância o estudo concreto em um determinado país da “organização cultural que movimenta o mundo ideológico e examinar o seu funcionamento prático”³¹. Para ele as duas maiores organizações culturais em todos os países são a igreja e a escola, esta última em todos os seus níveis.

Deve-se distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, ou seja, necessárias a uma determinada estrutura e ideologia arbitrárias:

na medida em que são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade ‘psicológica’: elas ‘organizam’ as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. Na medida em que são ‘arbitrárias’, elas não criam senão ‘movimentos’

individuais, polêmicas, etc. (nem mesmo estas são completamente inúteis, já que funcionam como o erro que se contrapõe à verdade e a afirma)³².

Esta última afirmação evidencia a crença de Gramsci na ideologia como “força material” na história. Desta forma, ele se distancia da concepção da ideologia como falsa consciência.

Na coesão do bloco histórico é de fundamental importância a atuação dos intelectuais, ou seja, dos dirigentes da sociedade. Intelectual é aquele que organiza, dirige e educa. Ou ainda, como afirma Gruppi, os intelectuais são

(...) os que mantêm coeso o bloco histórico, os que elaboram a hegemonia da classe dominante, que sem os intelectuais não poderia ser dirigente: seria apenas dominante e opressiva, faltar-lhe-ia a base de massas, o consenso necessário para exercer o seu poder³³.

Retomando as colocações iniciais feitas neste trabalho referentes à Política Educacional, seria possível, agora, ampliar sua concepção mediante as seguintes observações: a Política Educacional, quando se apresenta sob sua forma materializada, como produto acabado, expresso em leis, planos, reflete o momento da coerção, do Estado em sentido restrito. Mas é importante ressaltar que esse momento da coerção resultou de uma luta que se travou ao nível da hegemonia, da sociedade civil, entre várias políticas possíveis, no bojo das contradições próprias à sociedade de classes. Como aparelho privado de hegemonia,

(...) o sistema educacional é especialmente sensível às modificações da correlação de forças na luta pela hegemonia sobre a sociedade civil: se a classe dominante se sente ameaçada pela circulação de contra-ideologias que conquistaram espaço para poder difundir-se ela pode lançar mão do controle do Estado sobre o sistema de ensino de modo a torná-lo um instrumento mais explicitamente comprometido com a difusão da ideologia que corresponde a seus interesses e de combate às contra-ideologias (...)³⁴.

Em outros termos, a legislação vem concretizar ou legitimar uma disputa que já se deu e foi definida no plano da sociedade civil. Há, assim, dois momentos na Política Educacional: o momento do processo, de elaboração da tendência hegemônica, e o momento do produto, da materialização da política. A Política Educacional abrange, pois, as atividades educacionais tanto da sociedade política quanto da sociedade civil.³⁵

Uma análise crítica da Política Educacional deve orientar-se no sentido de captar esses dois momentos em sua unidade dialética.

A Política Educacional, nesse contexto, pode ser o instrumento através do qual a classe dominante busca “(...) obter ou ampliar a legitimidade do sistema político que serve à sua dominação (...)³⁶”.

A concepção de Política Educacional aqui expressa, exige uma superação das abordagens que restringem a pesquisa ao estudo da política já constituída, quando já está expressa em leis, decretos, portarias, planos, etc. A perspectiva teórica por mim adotada exige a apreensão da Política Educacional na unidade dialética de seus dois momentos

constitutivos, ou seja, enquanto processo e enquanto produto. Como afirma Saviani, a melhor maneira de esclarecer o produto é examinar o modo como foi produzido.³⁷

A análise da Política Educacional enquanto processo implica na realização de um duplo movimento na investigação. Um primeiro movimento procurará captar o contexto no qual essa política foi engendrada. Trata-se, neste caso, de “reconstruir o processo histórico no seio do qual engendrou-se a lei objeto de estudo, identificando os seus condicionantes em termos das forças sociais básicas que a tornaram possível”³⁸.

Um segundo movimento procurará captar a gênese da lei, por um lado identificando a luta social no bojo da qual se explicitaram as diferentes tendências possíveis, e por outro, reconstruindo as diversas etapas de elaboração da Política Educacional, destacando aí as instâncias e os atores que desenvolveram uma ação definitiva. Esse tipo de análise, acredito, permite captar a Política Educacional no seu momento de hegemonia, ao mesmo tempo que fornece dados importantes para a compreensão da tendência que depois se fará dominante.

A análise da Política Educacional enquanto produto requer um estudo dos documentos legais em que essa política foi expressa: leis, planos, mensagens, exposições de motivo, decretos. Recorrendo à análise textual deve-se procurar apreender as orientações e determinações da Política Educacional bem como as suas razões manifestas. Os resultados dessa análise devem ser confrontados com os dados obtidos no primeiro momento da investigação (política enquanto processo), caracterizando-se, então, o tipo de política proposta: para que e para quem essa política foi proposta; papel da sociedade política e da sociedade civil na formulação dessa política; conexão dessa política com a questão maior da luta de classes expressa na busca da conquista e exercício da hegemonia.

As considerações acima efetuadas permitem compreender as determinações estruturais da Política Educacional como uma forma específica de atuação assumida pelo Estado a partir da segunda metade do século XIX. Mas, a análise concreta das diferentes políticas educacionais registradas, requer a consideração da conjuntura histórica específica em que se dá a configuração de cada uma dessas políticas.

No estudo de uma dada conjuntura, é necessário estabelecer as devidas relações com o movimento orgânico, pois, segundo Gramsci, deve-se distinguir no estudo de uma estrutura “os movimentos orgânicos (relativamente permanentes) dos elementos que podem ser denominados de conjuntura (que se apresentam como ocasionais, imediatos, quase acidentais)”³⁹. É claro que os fenômenos de conjuntura dependem de movimentos orgânicos

mas seu significado não tem um amplo alcance histórico: eles dão lugar a uma crítica política miúda, do dia-a-dia, que investe os pequenos grupos dirigentes e as personalidades imediatamente responsáveis pelo poder. Os fenômenos orgânicos dão margem à crítica histórico-social, que investe os grandes agrupamentos, acima das pessoas imediatamente responsáveis e acima do pessoal dirigente (...)⁴⁰

REFERÊNCIAS

* - Estas notas compuseram originalmente parte do texto de introdução à minha dissertação de mestrado intitulada: **O Contexto de Criação das Universidades Estaduais do Paraná** defendida em 1986 na Faculdade de Educação da UNICAMP, sob a orientação do professor Doutor Dermeval Saviani.

¹ – GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**, p. 78.

² – BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado**, p. 70. Ver também a esse respeito, o texto de Carlos Nécton Coutinho. **Gramsci**, p. 52-60.

³ – GRAMSCI, Antonio. “Sobre as lutas internas do Partido Comunista Soviético”. In: COUTINHO, Carlos Nelson, op. Cit., p. 170-175.

⁵ – Idem, p. 59.

⁶ – É importante lembrar aqui a colocação de Carlos Nelson Coutinho de que a expressão “ocidente” em Gramsci não tem uma conotação estreitamente geográfica, mas refere-se ao desenvolvimento de certas características nas formações sociais concretas: “se recordarmos que, para Gramas, ‘oriente, ocidente’ não são conceitos geográficos, mas indicam diferentes tipos de formação econômico-social, em função sobretudo, do peso que neles possui a sociedade civil em relação ao Estado; e se lembrar que, para ele, as formações ‘orientais’ tendem historicamente a se converter em ‘ocidentais’, já que o fortalecimento da sociedade civil resulta do próprio desenvolvimento histórico, então se torna ainda mais evidente esse caráter universal de suas reflexões (...)”; Idem, p. 65.

⁷ – BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado**, p. 70. É importante ressaltar que BUCI-GLUCKSMANN afirma que essa ampliação do conceito de hegemonia não leva a concepção gramsciana a privilegiar as instituições sobre a prática. Para ela “o aparelho de hegemonia é marcado pela primazia da luta de classes” (p. 70).

⁸ – GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História**, p. 52.

⁹ – COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. p. 73-74.

¹⁰ – Idem, p. 56.

¹¹ – Conceito de superação dialética: quando não são negadas as conquistas de um determinado pensamento, mas se conserva o seu **núcleo central** ao mesmo tempo em que se desenvolve.

¹² – COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**, p. 68.

¹³ – GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**, p. 147.

¹⁴ – Idem, p. 149.

¹⁵ – COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**, p. 89-90.

¹⁶ – Idem, p. 91.

¹⁷ – Idem, p. 91.

¹⁸ – Idem, p. 92.

¹⁹ – Idem, p. 92.

²⁰ – Idem, p. 92.

²¹ – GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**, p. 11.

²² – GRAMSCI, Antonio. Apud Carlos Nelson Coutinho. **Gramsci**, p. 197-198.

²³ – Guerra de Posição: na guerra de posição, ao contrário da guerra de movimento, evita-se o ataque frontal.

²⁴ – COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**, p. 94.

²⁵ – GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**, p. 82.

²⁶ – GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da História**, p. 117.

²⁷ – Idem, p. 62.

²⁸ – Idem, p. 62.

²⁹ – BADALONI, Nicola. “Sobre a teoria gramsciana da ideologia”, In: Instituto Gramsci. **Política e História em Gramsci**, p. 11.

³⁰ – Para Carlos Nelson Coutinho é exatamente no terreno da teoria política que lhe parece residir o movimento de renovação dialética dos “clássicos” (Marx, Engels e Lênin) na obra de Gramsci.

³¹ – GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**, p. 29.

³² – GRAMSCI, Antonio. Op. Cit., p. 62-63.

³³ – GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**, p. 84.

³⁴ – PAIVA, Vanilda. “Estado, Sociedade e Educação no Brasil”. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, (22): 40.

³⁵ – As atividades educacionais da sociedade política seriam a formulação da legislação educacional e a imposição e fiscalização dessa legislação. A sociedade civil é o lugar do sistema educacional. É o lugar onde se implantam as leis. Ver a respeito: FREITAS, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**, p. 35.

³⁶ – PAIVA, Vanilda. Op. Cit., p. 40.

³⁷ – SAVIANI, Dermeval. “Funções da preservação e de deformação do Congresso Nacional na legislação do ensino: um estudo de política educacional”. In: **Educação: do senso comum à consciência filosófica**, p. 157-160.

³⁸ – SAVIANI, Dermeval. “Análise crítica da organização escolar brasileira através das leis nº. 5.540/68 e 5.692/71”, In: **Educação: do senso comum à consciência filosófica**, p. 155.

³⁹ – GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**, p. 45.

⁴⁰ – Idem, p. 45-46.

ⁱ A Professora Doutora Maria Rosemary Coimbra Campos Sheen nasceu em 1946 e faleceu em 2006. Ela foi uma das fundadoras do Grupo nacional do HISTEDBR, esta publicação consiste numa homenagem póstuma a essa respeitada professora. O texto foi publicado com a autorização de sua família e sem revisão da autora.

Recebido em 15 de janeiro de 2007.

Aprovado em 13 de fevereiro de 2007.